CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS
EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sugestões para pesquisas educacionais

CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TEMAS PARA PESQUISA SÓCIO-EDUCACIONAL

Sugestões ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

O Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais manteve sempre, em seus planos de trabalho, a preocupação de estudar aspectos sociais da problemática educacional, tendo em vista a importância de assunto para e mais exato conhecimento da realidade latino-americana. É assim que, não apenas pela estreita colaboração mantida com órgãos especializados em educação se não também pelos temas a que se propos estudar, pode apresentar hoje um satisfatório acervo de experiência de pesquisas sociais no campo de educação.

Neste momento mesmo o CENTRO tem em realização tres pesquisas de significação para o campo educacional, a saber: 1. Investigação comparativa sobre algumas universidades latino-americanas, utilizando material oriundo de Universidades oficiais do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Bogotá e Montevideu; 2. Estudo comparativo de rendimento escolar nos setores populares urbanos, com a colaboração de instituições especializadas na Argentina, no Paraguai, e na Colombia, executando com pessoal próprio a parte relativa ao Rio de Janeiro; 3. Aspectos relacionados com a formação cultural da juventude através do ensino, trabalho de campo em tres áreas do Rio de Janeiro, como ponto de partida para estudo mais amplo.

Aspectos específicos dessas pesquisas poderão ser desdobrados, considerando-se variáveis incluidas no respectivo levantamento e através das quais outros elementos poderão ser analizados e interpretados, ajudando assim o conhecimento da realidade educacional que tais aspectos apresentam. Ao lado desses temas, outros poderão ainda ser acrescentados, sobretudo para considerar que a educação não pode ser vista isoladamente, mesmo quando aborda características próprias, por isso que está integrada num contexto mais amplo que é o da sociedade respectiva. Daí a importância qua há em considerar aspectos ou variáveis sociais de problema educacional, considerada a sociedade em que o sistema educacional, sempre repre-

sentativo dessa sociedade, está inserido.

O estudo sociológico de aspectos da educação se torna complexo e problemático, e daí porque muitas pesquisas se tornam inécuas. Queremos tentar aqui uma abordagem que leva em conta a interrelação dos fatores e, ao mesmo, aprofunde um ou outro tema.

I - PESQUISAS A NÍVEL GERAL

A pesquisa mais importante no Brasil na área de educação seria a delimitação e subsequente descrição e análise de "campo educacional". Por este vamos entender o trabalho educacional que realizam os agentes educacionais especializados, investidos de poder institucional, que respondem a necessidade de grupos sociais determinados. Como o campo se subdivide em tres níveis (1º e 2º grau e superior) teremos de analisá-los separadamente.

A importancia deste estudo é dar linhas de ação mais reais para os órgãos governamentais, para-governamentais e não-governamentais, de acordo com os interesses de cada um deles.

Queremos tornar evidente um problema em curso. É que no plano real a educação é diferenciada e diferenciadora, sobretudo, se as políticas de ação tomam por premissa uma homogeneidade do campo. Na verdade, pesquisas realizadas no Brasil demonstram a ocorrência, dentro do quadro geral legal de sistema de ensino, de não apenas um, mas vários sistemas de ensino. Assim aquele em que há uma identidade entre idade biológica e séries escolares; aquele em que há diversidade (atraso escolar) entre idade e série; e um terceiro em que o aluno retorna aos bancos escolares após anos de paralização. O fato concreto é que tais ocorrências diversificam os tipos de alunos e pedem uma análise crítica das estatísticas oficiais. Daí a necessidade de se realizar uma pesquisa de âmbito nacional que estabeleça os paramentos reais que devem ser levados em conta para a elaboração do planejamento nacional de Educação.

Tais diversidades de sistemas de ensino não sendo levadas em conta, implicam no estabelecimento de políticas que trabalham com categorias, ideais (por ex. alunos com determinada idade), inteiramente desvinculadas do contexto real onde elas são aplicadas (por ex., entrada tardia no sistema escolar). Tais estudos p rmitirão elaborar os indicadores significativos para uma política de ação e acompanhamento das transformações.

II- PESQUISAS A NÍVEL ESPECÍFICO

Considerando-se o "campo educacional" como autônomo, podemos configurar as áreas de estudos que parecem ter primazia. Teremos aqui como premissa que suas necessidades são próprias, donde querer adequar a Educação a setores da Sociedade é romper com sua autonomia, colocando a primeira a reboque da segunda. Entretanto, a nosso ver isto é impossível pela "duração estrutural" do próprio sistema de ensino que é diversa dos outros setores.

Assim a Educação tem um tempo que lhe é próprio. Decorre num período de tempo determinado e as decisões tomadas hoje, terão seus resultados somente após o decurso daquele tempo previsto. Já os setores da sociedade, a Indústria, por exemplo, como campo autônomo, tem outra "duração estrutural", outras exigências e outras características temporais. Para exemplificarmos melhor, uma indústria ao se instalar já tem previsto o número e o tipo de técnicos de que vai necessitar num tempo x. Ela não pode esperar que tal profissional seja formado pelo sistema de ensino. Ora, se este basear sua linha de ação naquilo que é tido como carente no campo industrial, poderá verificar que, ao colocar no mercado tais profissionais já o setor industrial se modificou.

Assim, a área de estudos em questão terá de partir de aspectos específicos do "campo educacional". Qual o tipo de profissional que se deseja formar? Em que nível de formação e com que qualificações? Tais aspectos deverão expressar-se num plano mais geral, sendo a especialização um dos momentos de formação. Convém não se esquecer que esta especialização, em muitos setores, é mais bem aprendida no próprio local de trabalho, donde ser impossível efetuá-la no quadro dos estabelecimentos escolares. Assim, a questão é: para uma realidade cada vez mais científica e tecnológica, qual o nível de formação geral desejado? É claro que aqui entra em jogo o cliente do sistema de ensino. Nesta interrelação entre o que o sistema propõe e o que o cliente deseja, pode estar ocorrendo um problema específico do "campo educacional". Temos, portanto, uma área de estudos extremamente significativa: Qual o modelo de profissional que o sistema de ensino deseja formar? Qual o modelo de profissional que o cliente deseja ser?

Outra área de estudos específicos refere-se à interrelação entre o sistema de ensino e a expansão dos meios de comunicação de massa (MCM). O aluno é também um receptor face aqueles meios e sua formação não pode mais ser encarada isoladamente destes. Há, portanto, um impacto no quadro educacional devido ao tempo de exposição do estudante com relação ao ensino e ao que é transmitido pelos MCM, principalmente a TV. Além disso, a linguagem desses MCM pode ser diversa da do sistema de ensino, gerando dificuldades no plano do aprendizado. Tais ocorrências ainda são recentes no Brasil, nas pesquisas realizadas por nós, parecem demonstrar que a tendência é crescente no sentido de uma maior presença destes MCM em todo o território nacional. Assim como podemos pensar na utilização e influencia dos MCM no sistema de ensino nas áreas menos previlegiadas do Brasil. Tal impacto pode até ocasionar a ruptura da imagem do professor, exigir alterações em sua formação, em seus métodos de ensino, além de vir a criar uma dualidade de aprendizados, tornando inócuo o escolar,ou pelo menos, tornando-o desinteressante. Tais aspectos, entre outros, parecem-nos de enorme importância nos tempos futuros.

Ainda nesta temática temos outra área de estudo. Queremos nos referir à contribuição do grupo familiar no processo educacional Estudos realizados por nós demonstraram que a educação é um valor diferenciado nas familias. Assim, enquanto algumas se sacrificam para ter todos os seus filhos na escola, outras não procedem desta forma. Aliás um estudo sobre o assunto talvez viesse a mostrar - sendo o Brasil um país de familias numerosas - que tal atitude diferenciada tem implicações bem mais profundas do que parece à primeira vista. Com a educação envolve mais que a atividade escolar - clima em casa, aquisição de livros e outros investimentos financeiros - tudo isto estará correlacionado com o valor atribuido pela familia à educação. Devemos ainda atentar que, no quadro brasileiro, a expansão do ensino nas últimas décadas tem gerado uma diferença radical entre o nível de escolaridade de pais e filhos, estes atingindo níveis que seus pais não alcançaram. Tal ocorrência transfere para o sistema escolar a obrigação de funcionar como a instituição quase exclusiva da transmissão da "herança cultural" do país, desde que os pais dos alunos não tem condições para fazê-lo. Convem que ressaltemos o fato de que é tal VALOR que condiciona a viabilidade de iniciativas previstas na atividade educacional (Ex: círculo de pais e mestres). Tal questão poderá ser, inclusive, uma das razões explicativas do êxodo escolar.

Ainda dentro deste prisma, temos de encarar a instituição escolar com relação a outras instituições presentes no contexto. Em muitos casos olha-se a Escola como instituição isolada. Torna-se premente a realização de estudos que dimensionem a Escola com relação às outras instituições locais, seus relacionamentos, sua dependência. Assim, quais os elementos de apoio com que conta? Em muitos casos, a Escola é vista como um prédio no qual alunos e professores exercem a atividade educacional. Várias perspectivas de utilização da Escola como centro de irradiação cultural dependem de um conhecimento mais preciso de sua inserção na realidade local.

III- PESQUISAS A NÍVEL INTERNO

Temos aqui uma área de estudos de carater experimental É uma área marcadamente interdisciplinar. Envolve aspectos propriamente pedagógicos e sua interrelação com outros aspectos de outras ciências. Como estamos em pleno processo de reforma educacional, parece-nos ser este o momento de abordar-se tecnicas e problemas de aprendizado. Não queremos ressaltar aqui a dimensão psicológica que trata do aspecto individualizado da questão, mas sim tentar abrir perspectivas de estudo de carater objetivo tanto na área do professor, quanto na do aluno e da instituição escolar.

Uma das questões se situaria no âmbito da percepção esta encarada como socialmente formada e influenciada pelos novos MCM. Também estaria aqui como problema a utilização dos meios audiovisuais na área do ensino e outras questões correlatas.

DIMENSÕES A ENFATIZAR NAS PESQUISAS

Considerando a experiência já levada a efeito pelo CENTRO na pesquisa educacional, poderemos sugerir temas de pesquisas enfatizando três aspectos ou dimensões.

A primeira dimensão é a que poderíamos denominar de mais geral na medida em que seus interesses estão voltados para os aspectos tanto políticos quanto sociais da educação. Numa segunda dimensão os temas objetivam principalmente um melhor conhecimento do sistema educacional em seu nível elementar de ensino. Finalmente, a terceira dimensão dirá respeito especificamente ao ensino superior, levando em conta a participação da Universidade na vida educacional e cultural do país.

Face a tais dimensões é que poderemos sugerir alguns temas para pesquisa educacional, sempre considerando fundamentalmente seu aspecto social.

SUGESTÕES FINAIS

Dentro dessas considerações, embora rapidamente apresentadas, o CENTRO oferece a consideração do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais alguns temas de pesquisa no campo educacional, sempre considerando este como inserido no contexto da sociedade, ou seja dentro da problemática social que cerca o próprio processo educacional.

É evidente que aqui se apresentam tão só os temas possíveis de serem objeto de pesquisa dentro das possibilidades e das finalidades do CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS SOCIAIS. Merecendo eles a consideração do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, caber-nos-á então oferecer o respectivo plano, com os objetivos específicos de cada tema, o prazo de realização, a metodologia e técnica a ser usada, enfim tudo quanto constitua o projeto respectivo de cada pesquisa.

TEMAS

1- A estrutura do "campo educacional" - os agentes, sua posição necessidades e grupos sociais a que atendem,

2- Características dos "sistemas de ensino" e sua repercussão na política nacional de Educação.

3- Interrelação entre o "modelo Profissional" a ser formado pelo sistema de ensino e o desejado pela clientela deste mesmo sistema.

4- Estudo do impacto dos modernos meios de Comunicação de Massa (MCM) no aprendizado tradicional do sistema de ensino.

5- A visão da educação como um valor por parte do grupo familial e sua contribuição para o sistema de ensino.

6- A visão da inserção local da instituição escolar - limites e perspectivas.

7- Estudos experimentais sobre o aprendizado escolar através de meios audiovisuais.

8- Estudos experimentais sobre a instituição, detectando elementos pedagógicos que dinamizaram a introdução da Reforma Educacional.

9- Rendimento escolar em setores populares urbanos: uma capital de cada região ou pelo menos da região nordeste, sudeste e sul.

10- Imagens da sociedade transmitidas na escola primária.

11- Representação das mães sobre os objetivos da escola primária.

12- Rendimento escolar de acordo com turmas homogêneas ou heterogêneas em relação à capacidade intelectual e meio social da criança.

13- Formação e capacitação da professora primária para o trabalho com crianças de setores populares urbanos (favelas).

14- Rendimento escolar de crianças cujas familias foram transferidas para conjuntos residenciais.

15- Fatores sociais que influem sobre o aproveitamento educacional dos alunos do nível primário.

16- Relações entre familia e processo educacional, nos vários níveis de ensino.

17- Formação de técnicos de nível médio e mercado de trabalho semiprofissional.

18- Perfil social dos estudantes universitários e escolha de carreiras.

19- Fatores sociais e deserção estudantil na universidade.

20- Ritmo e características sociais da expansão do sistema de educação superior.

21- A Universidade e seu meio ambiente econômico e social.

/bf

ALGUNS SUBSÍDIOS PARA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES

1. Delimitar a área em que incidirão as pesquisas levando-se em conta o fato educacional como parte da sociedade a que serve, e a escola, um subsistema dentro de um sistema - a comunidade. Vale dizer, a pesquisa numa realidade geo-sócio-econômica cultural, com vista aos objetivos econômicos, sociais e culturais do processo educacional.

2. Avaliar os temas das pesquisas e selecioná-las de acordo com as prioridades nacionais, em termos das metas do governo.

3. Analisar os temas das pesquisas a fim de evitar:
   a) a repetição de pesquisas já realizadas, uma vez comprovada a validade de tais pesquisas;
   b) a realização de pesquisas de pouco ou nenhum interesse ou que apenas venham a satisfazer a curiosidade intelectual de pesquisadores.

4. Atribuir-se (cada comissão) o direito de opinar sobre as pesquisas das demais comissões, selecionando, por consenso, as que melhor satisfazem aos demais itens.

5. Apresentar condições (fundamentais nas normas gerais do INEP) para a escolha dos pesquisadores que vão realizar as pesquisas (gerentes e pessoal envolvido), isto é, nível superior, preferencialmente entre cursos que ofereçam um bom back-ground sobre o assunto e mesmo estudos sobre a metodologia da pesquisa, tais como: Sociologia (Ciências Sociais), Economia, Psicologia e Pedagogia.

6. Discutir (não para efeito de desenvolvimento da própria pesquisa) as metodologias mais adequadas aos temas escolhidos, a fim de se fazer, a grosso modo, uma estimativa tanto da abrangência da pesquisa (em nível nacional, regional, local), quanto das verbas que serão atribuídas a cada comissão, com seu rol de pesquisas selecionadas.

****

INEP/MYAA/zpc/.-1972

A P O I O A D M I N I S T R A T I V O

SECRETARIA EXECUTIVA

Responsável: SILVÉRIO ALVES PEREIRA

Atribuições: Coordenar as atividades de Secretaria

- Distribuir tarefas (material a ser datilografado, desenhado, mimeografado, etc.).
- Providenciar - passagens
  - hospedagem
  - refeições (café ou refresco nos intervalos)
  - pagamento dos componentes das Comissões.

Auxiliar do Responsável: LOURDES PINTO SIQUEIRA

Atribuições: Dar apoio ao responsável e dividir com ele as tarefas maiores.

MECANOGRAFIA: Datilógrafos:
- ELIZABETH VEZO
- LAURA MARIA DA SILVA MAIA
- TEREZA MARIA MONTOJOS
- ZULEMA PAIVA COSTA

Atribuições: Datilografar o material necessário à realização da reunião e material produzido durante a mesma.

MIMEÓGRAFO: JOÃO FAUSTO DO NASCIMENTO

OBS.: - A Equipe de Apoio permanecerá no local da reunião.

Qualquer solicitação dos participantes do encontro deverá ser feita diretamente ao responsável pela Equipe, que se encarregará do atendimento que se fizer necessário.

******

PROGRAMA DE PESQUISAS

Temas da 4ª Comissão

Áreas Especiais

Ao iniciarem-se os trabalhos, teve a Comissão de definir a expressão "Áreas Especiais". A discussão do assunto e a consulta ao Diretor do INEP levaram à conclusão de que a mesma incluiria todos os temas que não se relacionassem, especificamente, às áreas das outras Comissões (Ensino de 1º Grau, Ensino de 2º Grau, e Ensino Superior).

Assim, para efeito do presente estudo, a expressão "Áreas Especiais" abrange os seguintes setores no campo educacional: tecnologia educacional (televisão, cinema, rádio e outros meios); ensino supletivo (alfabetização e educação de adolescentes e adultos, conforme o disposto no Cap. IV da Lei.... 5.692 de 11.08.1971, e com vistas à consecução dos ideais de educação permanente); educação especial.

A análise de temas de pesquisa propostos pelos diversos órgãos (DEC, MOBRAL, PRONTEL, FCBTVE, CRPE/BA, CRPE/MG, CRPE/PE, CRPE/SP, CRPE/RS, CBPE/GB) permitiu a sua seleção por categorias correspondentes aos setores acima indicados, integrantes da área da 4ª Comissão. A partir das sugestões apresentadas a Comissão relacionou os temas em ordem de interêsse prioritário, tendo em vista os objetivos do desenvolvimento do país e sua realidade geo-sócio-econômica-cultural.

A falta de um sistema de documentação e informação determinou que se situasse, em primeiro plano, na realidade educacional brasileira, em particular nas áreas estudadas, a necessidade de diagnósticos e avaliação.

* * *

TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO

- Potencial de Utilização dos Meios Modernos de Tecnologia Educacional

- Avaliação da Teleducação existente no Brasil

A) Avaliação dos Programas de Televisão educativa

- Avaliação da Unidade Experimental de TV.E em âmbito de Ensino Fundamental (PR)

- Avaliação da Televisão Educativa integrada no Sistema Educacional (Maranhão)

- Avaliação do rendimento dos Cursos de Alfabetização de adultos e Madureza pela Televisão (Pernambuco e Guanabara)

- Avaliação dos cursos dados através de Rádio e Televisão para o Ensino Supletivo

B) Avaliação dos Programas de Radiodifusão Educativa

- Avaliação dos Sistemas de Recepção Controlada e Recepção Organizada

- Avaliação do Sistema FEPLAM

C) Avaliação de Filmes, Dispositivos e Diafilmes Educativos

- Experimentação das condições mais eficientes de utilização de uma série de filmes sobre recursos audiovisuais que possam ser usados por diferentes profissionais

- Avaliação do Projeto - Novela João da Silva (em elaboração)

- Identificação das Áreas Educacionais onde sejam recomendáveis a aplicação de inovações tecnológicas

- Influência dos Meios de Comunicação de Massas e sua utilização no Sistema de Ensino no Brasil

- Experimentação do Uso dos Meios de Comunicação nas Áreas Pioneiras (Transamazônica e Faixas de Fronteira Oeste e Norte)

- Experimentação das técnicas de ensino individualizado (PR)

- Linguagem dos Meios de Comunicação de Massas

- Utilização de Outros Meios e Técnicas além do Cinema, Rádio e Televisão

- Diagnóstico do Sistema Operacional dos Centros Audiovisuais Brasileiros, visando o conhecimento da sua ação na difusão e inovação de técnicas de ensino e na formação de pessoal especializado

ENSINO SUPLETIVO

- Diagnóstico do Ensino Supletivo no Brasil

  A - Alfabetização de Adultos

    - Descrição das necessidades socio-econômico-culturais das regiões prioritárias e adequação dos programas de alfabetização de adultos a essas realidades

    - Métodos de Alfabetização de Adultos

    - Integração do homem à comunidade através do trabalho, relacionada ao nível de alfabetização alcançado

  B - Educação Permanente

- Adequação dos Currículos do Ensino Supletivo à sua clientela específica

- Oportunidades Ocupacionais para o Encaminhamento dos Egressos do Curso Supletivo

EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Avaliação e revisão de critérios para o diagnóstico do excepcional
- Educação para o aluno super-dotado
- Integração do excepcional infra-dotado na sociedade através do trabalho
- Integração do excepcional infra-dotado no núcleo familiar
- Utilização da tecnologia educacional na educação especial

Certos temas de pesquisa relacionados aos das demais Comissões foram apresentados apenas à 4a Comissão e desses foram destacados os seguintes:

Na área de Documentação e Informação

- Revisão e atualização das fontes básicas de informações nas diferentes esferas governamentais, com vistas à disponibilidade de dados e sua validade

- Diagnóstico e avaliação dos serviços que realizam pesquisa educacional no país

Na área de Financiamento da Educação

- Levantamento dos gastos e da produtividade do ensino; determinação do custo do aluno-ano

Na área de Assistência ao Educando

- Identificação das necessidades de assistência ao educando e estabelecimento de critérios para a sua efetivação

* * *

Rio de Janeiro, 5/4/1972

Comissão - Norma Carneiro Monteiro Porto } Coordenadores
Malba Santiago Ferreira }
Jorge Graciarena (Consultor)
Stella Cecília Duarte
Homero de Oliveira
Luiz Antônio Macedo
Maria da Graça Braga Maleskin
Maria Ignez Souza Silva Brod
Mariana Álvares da Cruz
Myriam Brindeiros de Moraes Vasconcelos
Yeda Dias da Silva

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Guanabara, 18 de abril de 1972

Da: Assistente de Coordenação da DEPE

Ao: Coordenador da DEPE

Ref.: Faz relatório de participação em reunião promovida pelo INEP para estudo da programação de pesquisas em 1972 e 1973 do INEP

Senhor Coordenador:

Na qualidade de substituta de V.Sª. e convocada pela Direção do INEP, com anuência dessa Coordenação, participei da reunião conjunta do INEP e seus Centros Regionais de Pesquisa e órgãos do MEC.

A reunião teve lugar na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME), Praça Gal. Tiburcio - Praia Vermelha - GB, e os trabalhos desenvolveram-se durante os dias 4, 5, 6 e 7 do corrente.

Visou a reunião o estabelecimento do Programa Anísio Teixeira (PAT) de estudos e pesquisas educacionais para o biênio 72/73 com os seguintes objetivos expressos em documento de normas distribuído pela Direção do INEP:

"OBJETIVOS DO PAT:

- conhecer a situação da educação nacional, no momento em que se iniciam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino universitário, a fim de possibilitar correta e ampla avaliação das medidas que vierem a ser adotadas;

- identificar as debilidades dos diversos sistemas de ensino, conhecer das respectivas causas, e experimen

tar e sugerir medidas para eliminá-las, a fim de que não venham a impedir ou dificultar a implantação das reformas citadas;

- oferecer subsídios para orientar a formação profissional de nossa juventude, em função das necessidades, em pessoal, das diversas áreas de atividade do País, bem como das inclinações dos jovens brasileiros."

Foram organizadas quatro Comissões, uma para cada grau de ensino, e a 4ª destinada à programação de estudos e pesquisas em áreas especiais (alfabetização, tecnologias educacionais, financiamento da educação etc.).

Às Comissões compostas por pesquisadores, especialistas de educação e de outras áreas como economia, sociologia, psicologia etc., foi confiada a tarefa de inteirarem-se das necessidades mais prementes e de definirem prioridades no campo da pesquisa educacional. Para tanto foram ouvidas entidades que realizam pesquisa educacional, social ou econômica no país e instituições que dela se valem em sua atuação no campo da educação.

Além dos representantes dos Centros Regionais de Pesquisa do INEP as quatro Comissões receberam informações de Secretarias de Educação, Universidades, Faculdades de Educação, órgãos do MEC e instituições como: PRODEM, SRAV, DAU, CAPES, DEC, MOBRAL, DAC, PRONTEL, INC, FCBTUE, SRE, PREMEN, CENAFOR, AIR, CNRH, USP, PUC, IDES, DEM, CEPEMO, IPEA entre outras.

Após reunião prévia de cada uma das quatro Comissões, pela manhã do dia 4, o Sr. Diretor do INEP, Cel. Ayrton de Carvalho Mattos, iniciou os trabalhos esclarecendo a posição do INEP no campo da pesquisa educacional e indicando normas de atuação para as Comissões segundo os objetivos e interesses do INEP, que se pretende seja o órgão coordenador, em âmbito nacional, da pesquisa em educação. O período da tarde do dia 4 foi dedicado ao atendimento das entidades convidadas a exporem, seja o trabalho de pesquisa que realizam ou desejam realizar, sejam as necessidades sentidas para execução administrativa ou técnica da educação.

Os dias 5, 6 e 7 foram dedicados aos trabalhos de iden

tificação de áreas prioritárias da pesquisa educacional visando primordialmente às tarefas de implantação da Reforma da Educação; buscou-se ainda proceder-se à explicitação dos objetivos de projetos de estudo e pesquisa relacionados em cada Comissão, após ouvidas as instituições consultadas, para melhor entendimento do enfoque dado a cada projeto.

Comissão II - 2º grau de ensino

Designada participante da Comissão II integrei grupo formado pelos seguintes representantes do INEP e outras instituições:

INEP - Miriam Rose Raphaelian (CRPESP)
Nadia Franco da Cunha (Relatora)

USP - José Augusto Dias (Coordenador)
Heládio Antunha

CENAFOR - Eloysio Rodrigues da Silva
Guilherme Dutra da Fonseca
Manoel Cabral de Castro

CNRH - Odaleia Cleide Alves Ramos

USAID - Jorge Belfort Coelho Moraes

IDEG - João Augusto Tarquínio de Souza

Desenvolvimento dos trabalhos

Dia 4

A Comissão identificando os objetivos precípuos dos trabalhos a serem desenvolvidos das 14,00 às 18,00 horas elaborou questionário a ser submetido às fontes a serem consultadas no período.

As indagações da Comissão giraram em torno das realizações e projetos de outras entidades de pesquisa com que as fontes consultadas houvessem trabalhado; estabelecimento de prioridades de estudo, seja do ponto de vista técnico seja de âmbito geográfico de ação; possibilidades de colaboração entre as fontes a serem consultadas e o INEP.

Foram ouvidos:

1- CENAFOR - Encaminhou Exposição de Motivos para desenvolvimento do programa conjunto de pesquisas para o ensino de 2º grau. A mencionada Exposição de Motivos sugere seja constituída "Comissão interdisciplinar de pesquisadores de alto nível para que tomando como ponto de partida o Projeto PENTEC" (apresentado, a pedido do CENAFOR, pelo American Institutes for Research A.I.R.), para elaboração de "um projeto Nacional de pesquisas educacionais e treinamento de pesquisadores para o ensino de 2º grau".

Foi sugerido ainda que a referida comissão de especialistas fosse constituída por elementos do INEP, DEM, CENAFOR, CEPEMO, AIR e IPEA.

Os tópicos essenciais do programa versam sobre:

1. de cunho psico-pedagógico, tais como:

- organização, análise e avaliação de currículo fundamentados em estudos de comportamento;
- metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais.

2. de cunho administrativo, tais como:

- estrutura de poder na burocracia educacional;
- recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico administrativo;
- análise de custos das experiências de 2º grau;
- processo de introdução de inovações.

3. de cunho interdisciplinar, tais como:

- avaliação dos recursos humanos de 2º grau,

tanto de natureza quantitativa como qualitativa;

- elaboração de perfís de pessoal docente e técnico administrativo.

4. de cunho sócio-econômico, tais como:

- análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;
- evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos;
- comportamento da estrutura profissional de acordo com a mudança tecnológica.

As pesquisas em andamento sob a responsabilidade do CENAFOR são as seguintes:

1- Potencial de clientela dos cursos de formação do CENAFOR;

2- Profissionais de nível médio e superior da indústria paulista.

PRODEM - Representado pelo Sr. Carlos Faria colocou como temas prioritários na área de pesquisas para o ensino de 2º grau os seguintes:

1) Elaboração de currículos em função do mercado de mão-de-obra.

2) Formação e treinamento de professores visando ao atendimento eficaz de situações novas de ensino decorrentes da lei de Reforma de Ensino.

CRPEMG - Representado pela Profª. Terezinha Campos Avendanho.

CRPERGS - Representado pelo Prof. Odiles Pereira.

CRPEBA - Representado pela Profª. Regina Espinheira.

CRPEPE - Representado pela Profª. Miriam Brindeiro.

CNRH - Representado por Odaleia Ramos. Foi colocado o tema de Financiamento e Custos da Educação particularmente no que concerne ao ensino de 2º grau como sub-setor da macro-economia da educação.

USAID - Representado pelo Prof. Jorge Belfort Coelho de Morais.
Colocou a posição e objetivos da USAID em relação a esta reunião: requerer dos órgãos de pesquisa que detalhem o mais possível o que desejem da entidade e, em particular, ao INEP, a definição da área de pesquisas para a sua participação.

IDEG - Representado pelo Sr. João Augusto Tarquinio de Souza.

Expôs a relação de pesquisas realizadas e em andamento, sendo, na sua maioria, ligadas ao campo de Recursos Humanos.

Dia 5

SRAV - PR - Representado pela Profª. Malba Teixeira.

CBPE - Representado pela Profª. Elza Nascimento Alves

Nos dias 6 e 7 procedeu-se à triagem das sugestões de temas de pesquisas, apresentadas segundo os seguintes critérios:

a) Enquadramento nas seguintes áreas: psico-pedagógica, administrativa, sócio-econômica e de recursos humanos.

b) Relacionamento claro e preciso com o 2º grau de ensino, observadas as prioridades do momento no que concerne à pesquisa educacional.

c) Enunciação explícita de âmbito e objetivos específicos, evitando-se diversidade de conteúdos no mesmo projeto e delimitação de abrangência pouco nítida.

d) Originalidade do projeto no sentido de não constituir tarefa de órgãos de administração direta.

A relação de temas apresentados pela Comissão foi a seguinte:

ENSINO DE 2º GRAU

Os temas que se seguem constituem síntese de relação de projetos de enfoque semelhante.

Nº DE ORDEM

A) - Aspectos psico-pedagógicos

2.1 - Organização, análise e avaliação de currículos fundamentados em estudos de comportamento;

2.2 - metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais;

2.3 - problemas de articulação do 2º grau com os demais níveis de ensino;

2.4 - avaliação da orientação educacional;

2.5 - rendimento escolar.

B) - Aspectos administrativos

2.6 - estrutura de poder na administração do ensino;

2.7 - análise de custos das experiências de 2º grau;

2.8 - processo de introdução de inovações;

2.9 - estudo de demanda do pessoal docente, técnico e de supervisão para o ensino do 2º grau;

2.10 - avaliação de métodos e experiências já realizadas na área do 2º grau;

2.11 - avaliação de desempenho de sistemas e unidades de ensino do 2º grau.

C) - Aspectos relativos a Recursos Humanos

2.12 - avaliação dos recursos humanos do 2º grau, tanto de natureza quantitativa como qualitativa;

2.13 - elaboração de perfis de pessoal docente e técnico-administrativo;

2.14 - recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico-administrativo.

D) - Aspectos sócio-econômicos

2.15 - análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;

2.16 - evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos: (escalonamento segundo a evolução do prestígio social de cada ocupação);

2.17 - comportamento da estrutura ocupacional de acordo com a mudança tecnológica;

2.18 - acompanhamento de egressos de escolas de 2º grau;

2.19 - aspirações dos estudantes do 2º grau.

As sugestões encaminhadas à Comissão de 2º grau de ensino versaram quase que exclusivamente, como não podia deixar de ser, sôbre currículo e mão-de-obra, visando aspecto dos mais problemáticos, neste nível de ensino profissionalizante por força da Reforma da Educação.

Parece ser preocupação geral o estabelecimento de integração efetiva de comunidade e escola em termos de demanda do mercado de trabalho, avaliação dos recursos humanos oriundos do 2º grau de ensino e de preparo técnico do pessoal docente deste nível.

O levantamento dos gastos com a educação e com o nível médio em particular, assume igualmente agora posição relevante em face da necessidade urgente de ampliação dos recursos financeiros destinados à educação, gerada esta necessidade em parte pela extensão da escolaridade obrigatória de 8 anos e pelo encarecimento de custeio do ensino de 2º grau. O reaparelhamento técnico de recursos humanos e materiais deste nível para atendimento dos novos

objetivos sugeridos pela Reforma constitui tarefa urgente e dispendiosa; a maioria das sugestões recebidas incluiu este aspecto revelando a preocupação no particular dos administradores da educação.

Sendo o que de essencial se passou na Reunião, na oportunidade firmo-me

Atenciosamente,

Nadia Franco da Cunha

Nadia Franco da Cunha
Assistente de Coordenação

Ciente. A Prof.ª Elza Rodrigues Martins, para que se digne de conhecer. Em 25/4/72.

Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

Ao: Dr. Jayme Abreu
M.D. Coordenador da DEPE-CBPE

43

SD1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

O INEP

1. INTRODUÇÃO
2. ATIVIDADES EM 1972
3. PRINCIPAIS ÓBICES ENCONTRADOS
4. PROGRAMAÇÃO PARA 1973
5. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1- O Decreto nº 71.407, de 20 de novembro último, que transformou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, conservando-lhe a sigla e dando-lhe nova estrutura, fixou para o INEP a "finalidade de, como órgão central de direção superior, exercer todas as atividades necessárias ao estímulo, coordenação, realização e difusão da pesquisa educacional no País".

1.2- O Regimento do INEP, que se encontra em fase final de tramitação, determina a competência do Instituto nos seguintes termos:

I- estabelecer, em articulação com os órgãos interessados, um programa de estudos, pesquisas e experimentações educacionais, capaz de proporcionar subsídios para a consecução, em âmbito nacional e na forma mais completa possível, dos objetivos da política educacional em vigor, ou para a reformulação dessa política;

II- participar da execução do programa mencionado no item precedente, realizando ou financiando estudos, pesquisas e experimentações nele contidos;

III- fazer o acompanhamento e a avaliação dos projetos que se desenvolvam com sua participação;

IV- coordenar, mediante consultas e entendimentos, os demais estudos, pesquisas e experimentações que se realizam no País;

V- realizar estudos, pesquisas e experimentações visando a soluções inovadoras para o aperfeiçoamento da educação nacional;

VI- operar e manter um subsistema de documentação e informação que esclareça órgãos e especialistas sobre a realização de estudos, pesquisas e experimentações na área da Educação, que alicerce e facilite tais trabalhos, e que fundamente e harmonize decisões a serem adotadas;

VII- divulgar os trabalhos realizados sob a sua responsabilidade e trabalhos de outras fontes, que contribuam para o aprimoramento da educação nacional;

VIII- prestar assistência técnica a órgãos da administração pública federais, estaduais e municipais e a entidades particulares para a realização de estudos, pesquisas e experimentações educacionais, bem como para a implantação das soluções indicadas pelos trabalhos a seu cargo;

IX- promover a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal nos campos da pesquisa e da documentação e informação educacionais.

1.3- Embora mencionado decreto tenha sido assinado ao findar 1972 e o Regimento ainda dependa da aprovação do Sr. Ministro, o INEP desenvolveu suas atividades no decorrer do ano, orientado pelas idéias neles consubstanciadas, formalizando essa orientação através do "Plano Operativo do INEP para o biênio 1972/1973", datado de 22 de fevereiro.

1.4- Desse Plano Operativo, consta:

1.4.1- que são seus objetivos:

I- oferecer subsídios para a consecução, na forma mais completa possível, dos objetivos da política educacional em vigor, ou para a reformulação dessa política;

II- colocar o INEP, sucessivamente, nas posições de órgão de pesquisas do MEC, e de órgão central de coordenação das pesquisas educacionais no âmbito nacional, isso, conservando sua primeira posição;

1.4.2- que tais objetivos devem ser atingidos por intermédio do desenvolvimento de dois programas: um, de estudos, levantamentos e pesquisas sobre a educação nacional (Programa Anísio Teixeira), outro, relativo ao estabelecimento de um subsistema de informações educacionais (Programa Lourenço Filho), completados pela difusão dos trabalhos realizados e das respectivas conclusões;

1.4.3- que o programa Anísio Teixeira tem como objetivos:

I- conhecer a situação da educação nacional, no momento em que se iniciam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensi-

no universitário, a fim de possibilitar correta e ampla avaliação das medidas que vierem a ser adotadas;

II- identificar as debilidades dos diversos sistemas de ensino, conhecer das respectivas causas, e experimentar e sugerir medidas para eliminá-las a fim de que não venham a impedir ou a dificultar a implantação das reformas citadas;

III- oferecer subsídios para orientar a formação profissional de nossa juventude, em função das necessidades, em pessoal, das diversas áreas de atividades do País, bem como das inclinações dos jovens brasileiros;

1.4.4- que o Programa Lourenço Filho tem como objetivos:

I- estabelecer um subsistema de informações educacionais que integre, sucessivamente: os elementos do INEP; elementos da estrutura do MEC; elementos, no âmbito nacional, que participem de estudos e pesquisas educacionais;

II- desenvolver a Divisão de Documentação e Informação do CBPE, nos moldes de Central de Informações do subsistema, em condições de armazenar dados e documentos relativos a:

- itens de informação da área da Educação;
- estudos e pesquisas educacionais: já concluídas; em curso de realização; ou em fase de estudo de sua viabilidade;
- entidades e cientistas que atuam no campo dos estudos e pesquisas educacionais.

1.4.5- que simultaneamente à elaboração dos Programas Anísio Teixeira e Lourenço Filho, deve processar-se a implantação da reforma administrativa no INEP, consubstanciada em um novo Regimento para o órgão.

1.5- O que aqui está dito, mostra a distribuição, pelos documentos competentes, das idéias e, mesmo, do texto do Projeto Prioritário 32 - Estudos e Pesquisas Educacionais, do Plano Setorial de Educação e Cultura para o triênio 1972/1974, que configura, assim, o próprio funcionamento do INEP, no papel e na prática.

2. ATIVIDADES EM 1972

2.1- Estudos, Pesquisas e Experimentação

2.1.1- A primeira atividade, objetivando a elaboração do Programa Anísio Teixeira, realizou-se no período de 04 a 07 de abril e consistiu na realização de um encontro entre administradores da educação (assim compreendidos os representantes dos órgãos e mecanismos temporários do MEC e, também, de Secretarias de Educação, através dos Centros Regionais do INEP) e pesquisadores pertencentes aos quadros de entidades do Rio e de São Paulo.

2.1.2- Desse encontro, resultou uma relação de 115 temas de pesquisas e áreas de estudo, considerados de grande interesse. Dita relação foi distribuída, acompanhada de um questionário, a todas as Universidades, Faculdades Isoladas, Secretarias Estaduais de Educação, Órgãos Regionais e a outras entidades públicas e particulares, e o recebimento de respostas, relativas a 1/3 dos questionários remetidos, permitiu estabelecer um rol de temas considerados prioritários, no momento. Isso, contudo, só veio a acontecer em julho, tornando difícil, ainda em 1972, interessar outras entidades no desenvolvimento dos temas arrolados, mas a receptividade para 1973 foi muito favorável.

2.1.3- É fora de dúvida que o rol de temas prioritários, estabelecido em consonância com os órgãos interessados, constitui não só o fundamento para a organização do Programa Nacional de Estudos, Pesquisas e Experimentações, como também, a medida mais positiva para a coordenação a ser empreendida pelo INEP e de onde deverão derivar todas as atividades no campo da pesquisa educacional.

2.1.4- Embora não tenha sido possível colocar o Programa Anísio Teixeira em um documento formal, o INEP e outros órgãos estimulados através de apoio financeiro do Instituto, concedido

mediante convênios, estão desenvolvendo os 14 temas de estudos, pesquisas e experimentação, relacionados no Anexo n. 1, como os de maior expressão.

2.1.5- Do exame dessa lista, ressalta a ênfase que foi dada a pesquisas relativas às séries iniciais do ensino de 1º grau, e isso, em razão de filiar-se o INEP à corrente que considera de importância capital para o êxito do aluno e a formação do cidadão, o ensino de primeiras letras.

2.2- Documentação e Informação

O Programa Lourenço Filho encontra-se em fase de elaboração através de 7 subprojetos.

2.2.1- Armazenamento e Recuperação da Informação.

Objetiva a montagem de um setor especializado para armazenamento e recuperação da informação por meios convencionais e automáticos.

2.2.2- Implantação do Setor de Cadastro.

Objetiva a implantação dos seguintes cadastros:

I- entidades de pesquisas educacionais no Brasil;

II- pesquisas educacionais em curso no Brasil;

III- especialistas em Educação (administradores, pesquisadores, planejadores e outros profissionais que trabalham na área da Educação).

2.2.3- Fichário Conceitual

Objetiva a constituição de um fichário conceitual da terminologia educacional brasileira, a fim de estabelecer uma linguagem que permita a análise do documento, o armazenamento e a recuperação das informações de seu conteúdo, por processos automáticos ou manuais.

Referido fichário, uma vez constituído, poderá ser o instrumento básico para o estabelecimento do Thesaurus Brasileiro de Educação.

2.2.4- Elaboração do plano para a reestruturação da Seção de Documentação e Intercâmbio e implantação de Serviço tipo - "Pergunta - Resposta".

Objetiva melhorar o intercâmbio de informações educacionais.

2.2.5- Perfil de usuário

Objetiva delinear, com a coleta das informações requeridas, o perfil dos usuários, propiciando elementos válidos para toda a política de aquisição de documentos.

2.2.6- Reestruturação das Bibliotecas

Objetiva atualizar e dinamizar os respectivos serviços com fins de melhor atendimento aos usuários.

2.2.7- Reprografia

Objetiva a instalação e manutenção do laboratório de micro - filmagem, cujo equipamento já foi adquirido.

2.3- Divulgação

No decorrer de 1972, foram distribuídos diversos números de 7 publicações periódicas e de 4 séries não periódicas, bem como os relatórios de 7 pesquisas desenvolvidas pelo INEP ; tudo conforme arrolado no Anexo n. 3.

2.4- Assistência Técnica

2.4.1- Foram assinados dois convênios de assistência técnica para a realização de pesquisas, com as Secretarias de Educação e Cultura dos Estados de Santa Catarina e Paraná.

2.4.2- Pelo esquema de desenvolvimento, adotado a título experimental, o pesquisador, responsável pelo projeto de pesquisa, deslocar-se-á a cada fase do trabalho, a São Paulo, onde manterá contato de uma semana com um pesquisador de escol, que avaliará a fase precedente e orientará para a subsequente.

2.4.3- O tema da pesquisa é escolhido de comum acordo entre o INEP e a Secretaria, ficando as despesas com o desenvolvimento do trabalho a cargo da Secretaria e as relativas à orientação técnica (passagens, diárias, remuneração do orientador), bem como à divulgação da pesquisa, a cargo do INEP.

2.4.4- Com esse esquema, o orientador, que exerce, comumente, diversas atividades, não se afasta de seu local de trabalho, e o pesquisador responsável pelo projeto desloca-se de tempos em tempos e por poucos dias de cada vez.

2.4.5- As pesquisas, de que trata o subitem 2.4.1, tem os seguintes temas: "Alunos de aprendizagem lenta, do 1º grau, no Estado de Santa Catarina" e "Avaliação e recuperação a nível de en-

sino de 1º grau", esta a cargo da SEC do Paraná.

2.5- Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal

2.5.1- O INEP realizou:

I- um estágio de 24 horas, em duas turmas, sobre microfilmagem, destinado a todo o pessoal de documentação e informação do órgão;

II- um curso de 56 horas, desenvolvido com a colaboração de professores do IBBD, de atualização para o pessoal de Serviço de Documentação e no qual foram matriculados 21 servidores da Divisão de Documentação e Informação do CBPE.

2.5.2- O INEP matriculou:

I- 12 servidores em um curso de 24 horas sobre análise de sistemas, desenvolvido pela PUC do Rio de Janeiro;

II- 4 servidores em um curso de 20 horas sobre PERT em educação, desenvolvido pela PUC do Rio de Janeiro;

III- 2 servidores em um curso de 56 horas sobre PERT custo e PERT tempo na Academia de Polícia do Estado da Guanabara;

IV- 6 servidores em um curso de 126 horas, sobre metodologia da pesquisa educacional, desenvolvido pelo CENAFOR;

V- 3 servidores em um curso de 163 horas, sobre avaliação educacional, desenvolvido pelo CENAFOR;

VI- 3 servidores em um curso de 120 horas, sobre análise ocupacional, desenvolvido pelo CENAFOR.

2.5.3- O INEP estimulou que 5 servidoras, das mais qualificadas, se matriculassem no Curso de Pós-Graduação em Educação, que se desenvolve na Fundação Getúlio Vargas.

2.5.4- Além das atividades aqui ressaltadas, servidores do INEP, participaram de diversos seminários sobre variados assuntos de interesse do órgão.

2.6- Atividades extras

Assim consideradas as que deixaram de ser da competência do INEP, em face da reforma administrativa, mas que ainda se realizaram em 1972, a saber: (Anexo n. 4)

I- diversos cursos de atualização e aperfeiçoamento para especialistas de educação;

II- treinamento de pessoal na confecção e utilização de recursos audiovisuais;

III- produção de material audiovisual.

2.7- Implantação da Reforma Administrativa

2.7.1- Prolongou-se durante todo o ano através da tramitação do decreto que fixa a estrutura básica, do Regimento e de diversos atos relativos à extinção de elementos do INEP.

2.7.2- O Decreto 71.407, de 20 de novembro, estabelecendo nova finalidade para o INEP e fixando-lhe a estrutura básica, bem como a de seus Centros de Pesquisas, gerou a necessidade de profundas alterações no órgão, com a movimentação de pessoal, de material e de instalações, ainda mais que a atividade de maior vulto do INEP, ultimamente, era a de aperfeiçoamento do magistério de 1º grau.

2.7.3- As soluções encontradas atendem ao melhor aproveitamento para o pessoal, material e instalações, que se tornaram inadequados ao novo funcionamento. Assim:

I- O Centro Audiovisual de Vitória foi extinto pela Portaria Ministerial nº 381-BSB, de 16 de maio, sendo o equipamento e o material audiovisuais entregues à Universidade Federal do Espírito Santo, o material comum, à Representação, em Vitória, da Delegacia Regional da Guanabara, e o pessoal, redistribuído por órgãos da área;

II- O Centro Regional de Pesquisas Educacionais Professor Queiroz Filho subsiste, mas suas instalações foram entregues à Universidade de São Paulo, como estava estabelecido em convênio firmado na oportunidade da construção; o Centro passa de hospedeiro a hóspede da Faculdade de Educação daquela Universidade. O material também foi entregue à USP, que está absorvendo quase todo o pessoal, à exceção de alguns funcionários do Quadro Permanente, redistribuídos para a Delegacia Regional de São Paulo;

III- O Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro passou, integralmente, para a jurisdição do Departamento de Ensino Fundamental, transformando-se em Centro de Treinamento do Magistério;

IV- O Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia está sendo extinto, destinando-se suas instalações e material à Universidade Federal da Bahia, que fica, também, com quase todo o pessoal, exceto alguns funcionários, redistribuídos para a Delegacia Regional da Bahia;

V- O Serviço de Recursos Audiovisuais de Curitiba foi extinto pela Portaria Ministerial nº 911-BSB, de 28 de dezembro, estando seu material e pessoal sendo absorvidos pela Universidade Federal do Paraná.

2.7.4- Com a aprovação do Regimento, que deverá ocorrer em princípios do corrente mês de janeiro, o INEP terá sua estrutura e funcionamento estabelecidos, pela primeira vez, através de um documento formal, iniciando-se, assim, a institucionalização efetiva do órgão, como um todo.

3. PRINCIPAIS ÓBICES ENCONTRADOS

3.1 - Carência de recursos humanos.

3.2 - Inadequação de normas da administração de pessoal e da administração financeira e contabilidade.

3.3 - Ocasião em que se verificou a mudança da direção do INEP.

3.4 - Reestruturação do órgão.

3.5 - Delonga na mudança da sede para Brasília.

3.1 - Carência de recursos humanos

3.1.1 - A carência de recursos humanos, realmente qualificados, foi o maior obstáculo que o INEP encontrou para desenvolver suas atividades em 1972. Tal deficiência afeta a todos os campos e constitui, ao que parece, pela extensa gama de reflexos negativos que acarreta, o desafio brasileiro da atualidade.

3.1.2 - A evasão de pessoal especializado que o INEP vem sofrendo, há alguns anos, reduziu, de muito, sua capacidade de atuar. A mesma situação de falta de servidores capazes apresentam a Universidade, a Secretaria de Educação e quantos órgãos da Administração Pública existem.

3.1.3 - Para fazer face, no campo da pesquisa educacional no País à carência apontada, o INEP desenvolverá, em 1973, um projeto de preparo de pessoal através de seminários, estágios e cursos no Nordeste, Sudeste e Sul, de maneira a atender, também, a desníveis de qualificação que se manifestam entre essas regiões, contra-indicando que tais atividades tenham ambito nacional.

3.1.4 - Por outro lado, dentro da mesma idéia, o projeto de assistência técnica para o desenvolvimento de pesquisas está montado sob a forma de treinamento em serviço, com o pessoal, que deve achar-se entre o mais qualificado da área, deslocando-se o menos possível, a fim de não desfalcar as entidades que participam do projeto.

3.1.5 - Finalmente, objetivando multiplicar os conhecimentos e a experiência dos pesquisadores de escol, o INEP pretende montar uma central de elaboração de projetos-modelo de pesquisas , que serão desenvolvidos, mediante convênios, sob o controle e orientação da equipe elaboradora.

3.2 - Inadequação de normas da administração de pessoal e da administração financeira e contabilidade.

3.2.1 - Praticando a idéia da administração por projetos, o INEP pretendeu manter, na sede e em cada um de seus Centros, um núcleo de servidores permanentes, que se ampliaria e voltaria à dimensão normal, conforme a necessidade de pessoal para desenvolvimento dos trabalhos programados.

3.2.2 - Assim, no anteprojeto do decreto que fixou a estrutura básica, foi introduzido um parágrafo que funcionaria como uma delegação de competência do Presidente da República ao Diretor-Geral do INEP. O texto era o seguinte - Os especialistas, contratados por período determinado, na forma do art. 96 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, necessários ao desenvolvimento dos projetos aprovados, poderão ser contratados pelo Diretor-Geral do INEP, desde que atentidos os seguintes requisitos:

I - existência de recursos
II - prazo determinado
III - necessidade do projeto.

3.2.3 - O DASP, ao examinar o anteprojeto, substituiu esse parágrafo pelo seguinte: "O pessoal temporário, a que se refere este artigo, será admitido na forma da legislação em vigor, pelo regime das leis trabalhistas e mediante autorização do Presidente da República, observado, na fixação dos respectivos salários, o disposto no § 3º, do artigo 2º, do Decreto-lei nº 1 202, de 17 de janeiro de 1972, correndo as despesas à conta dos recursos específicos".

3.2.4 - Frustrou-se, então, a tentativa do INEP de alcançar alguma flexibilidade, já que as contratações para atender à necessidade de pessoal, variável no decorrer do ano, em tipo e quantidade de especialistas, continuaram na dependência da aprovação do Presidente da República e, ainda, sujeitas ao teto da remuneração fixado para os servidores do Quadro Permanente.

3.2.5 - A medida para contornar essa situação está na constituição de Grupos-Tarefa, que o INEP buscou desde fevereiro, mas só veio a conseguir, a partir de 1º de novembro último. Tal medida permite contornar, também, a exigência da licitação para prestação de serviços, quando a remuneração ultrapassa 5 salários mínimos, norma de difícil aplicação no trabalho intelectual.

3.2.6 - Outra norma da administração financeira, que trouxe embaraços ao INEP, reside na atribuição dos recursos orçamentários, já classificados pelos vários elementos de despesa. Isso retardou a assinatura de convênios, durante meses, porque o INEP dispunha de recursos, no elemento 3.1.3.1 (uma vez que, antes, o Instituto se encarregava, diretamente, de todos os trabalhos), e precisava deles, no elemento 3.1.3.2, exigindo tal transformação, a abertura de créditos suplementares, o que não aconteceria, se os recursos, destinados ao INEP, fossem levados para seu Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais (FEEPE), cujo Plano de Aplicação, caso necessário, seria alterado pelo próprio Diretor-Geral.

3.2.7 - O inconveniente apontado poderá ser atenuado por uma programação mais bem definida, a priori, até que os órgãos competentes encontrem uma fórmula que possibilite dar vida à letra morta do § 2º do art. 172 do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

3.3 - Ocasião em que se verificou a mudança da direção do INEP

3.3.1 - Processando-se a mudança da direção do INEP, entre o fim de 1971 e o princípio de 1972, tal fato veio a influir, negativamente, na elaboração do Programa Operativo e em outras medidas ligadas às atividades do INEP, por não querer, o Diretor que saía, condicionar, demasiadamente, o Diretor que assumia.

3.3.2 - Por outro lado, o novo Diretor, vindo de fora do MEC e não encontrando uma estrutura, formalmente estabelecida, particularmente, no que concerne à Assessoria Técnica e à Divisão de Atividades Auxiliares, precisou de alguns meses para assenhorar-se da situação, agravando-se desse modo, os reflexos negativos na produção do Instituto.

3.3.3 - Para 1973, o Programa Operativo já está estabelecido em bases que asseguram sua concretização, de maneira que a eventual substituição do Diretor do INEP, a partir de agora, já não deverá ocasionar maiores transtornos.

3.4 - Reestruturação do órgão

3.4.1 - Tem sido um processo penoso, sob todos os aspectos, desde a persuasão dos servidores tradicionais do INEP, de que se impunha a solução cirúrgica de amputar os membros que colocavam em perigo o organismo, visto não mais se ajustarem às novas funções, até a tramitação das medidas administrativas decorrentes, por órgãos, eles, também se reestruturando, face à reforma administrativa.

3.4.2 - Assim a inexistência de Assessoria e de Diretor da Divisão de Atividades Auxiliares, a necessidade de estabelecer entendimentos junto aos órgãos interessados, a conveniência do Diretor acompanhar, pessoalmente, a tramitação dos expedientes pelas Repartições do MEC, Ministério do Planejamento e DASP, fizeram com que a reestruturação do INEP se constituisse em grande óbice para o funcionamento do órgão.

3.4.3 - Essa reestruturação, no entanto, já está toda equacionada e não deverá ocasionar maiores problemas em 1973, máxime, se o Instituto conseguir mudar sua sede para Brasília, sem mais delongas.

3.5 - Delonga na mudança da sede para Brasília

3.5.1 - Tem sido um obstáculo ao bom desempenho do INEP pela indefinição que gera e, sobretudo, por acarretar freqüentes e nem sempre bem sucedidos deslocamentos do Diretor a Brasília , além de atrasar a organização da Assessoria Técnica, o que só deverá ocorrer na Capital Federal.

3.5.2 - Recebidos os 15 apartamentos destinados a seus funcionários, o INEP estará em condições de mudar sua sede, e mais esse óbice será removido.

4. PROGRAMAÇÃO PARA 1973

4.1 - Estudos, Pesquisas e Experimentação

4.1.1 - Nesse campo de atividades, o INEP, sobretudo, dará seguimento aos projetos que já vinha desenvolvendo e ampliará sua atuação como órgão coordenador e de financiamento da pesquisa educacional, firmando convênios por todo o território nacional.

4.1.2 - Além dos 8 temas relacionados no anexo nº 2, outros serão elaborados e/ou desenvolvidos, dentro dos projetos de preparo de pessoal e o de assistência técnica.

4.2 - Documentação e Informação

Prosseguimento da implantação do subsistema documentação e informação educacionais, através dos sete subprojetos citados em 2.2.

4.3 - Difusão

Recuperação do atraso das publicações periódicas e divulgação de estudos e pesquisas da programação do INEP ou, mesmo, os desenvolvidos sem vínculo com essa programação, mas considerados de real interesse para a Educação nacional.

4.4 - Assistência Técnica

Será estendida a todas as Unidades da Federação que disponham de condições, seja em Universidades, seja nas Secretarias de Educação, de desenvolver projetos de pesquisas que, embora de aplicação regional ou mesmo local, possam entrosar-se em um plano de âmbito nacional.

4.5 - Formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal

4.5.1 - No campo da pesquisa educacional, será desenvolvido um projeto, englobando atividades de curta duração, assim entendidos seminários e estágios, que objetivarão atenuar a defici

ência de qualificação do pessoal que já venha participando de trabalhos de pesquisa; e atividades de longa duração, que objetivarão eliminar a carência de pessoal qualificado, através da realização de cursos regulares, que formem e aperfeiçoem pesquisadores educacionais.

4.5.2 - Para a formação de pesquisadores, pretende o INEP o aproveitamento, no período final, de cursos de pós-graduação, a nível de mestrado, através do desenvolvimento de temas de pesquisas educacionais, a cargo, não de indivíduos, mas de equipes multidisciplinares de mestrandos, que revelarem, no(s) período(s) precedente(s) do curso, aptidão para esse tipo de trabalho. Tais equipes serão orientadas por um grupo de peritos nacionais e estrangeiros, especialmente contratados para isso.

4.5.3 - Os temas de pesquisa, atribuídos às equipes, constituídas em cada Universidade, serão escolhidos, em entendimentos com o respectivo coordenador do curso de pós-graduação em Educação, de um temário apresentado pelo INEP, que financiará as despesas relativas à elaboração dos projetos, aí incluídos os pré-testes.

4.5.4 - No campo da documentação e informação, estão previstos, também, mas restritos ao pessoal do INEP, 2 cursos em órgãos especializados e 4 estágios em entidades que já disponham de sistemas em pleno funcionamento.

4.6 - Implantação da reforma administrativa

Espera o INEP, com o apoio dos órgãos de cúpula do MEC, concluir a implantação da reforma administrativa em curto prazo. O fecho do processo será a instalação dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais do Norte e o do Centro-Oeste, os quais, com os do Nordeste, Sudeste e Sul, já existentes, constituem os cinco Centros Regionais de Pesquisas Educacionais da estrutura básica do INEP.

5 - CONCLUSÃO

5.1 - O INEP, apesar de não contar com o respaldo de um ato formal, que só chegou ao fim do ano, no texto do Decreto nº 71 407, ensaiou, no decorrer de 1972, seu novo papel de órgão de coordenação e de estímulo da pesquisa educacional no País. Continuou, também, a realizar pesquisas e a difundir seus resultados, donde podemos concluir, com segurança, que o órgão cumpriu, embora em bases modestas, a finalidade prescrita no art. 1º daquele decreto. Para 1973, tudo indica que isso venha a acontecer mais ampla e concretamente, contudo, ainda, em tempo de semear.

5.2 - No que se relaciona à competência estabelecida pelo Regimento:

I - O INEP, se bem que não traduzindo em documento um Programa Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, estabeleceu, em consonância com órgãos interessados, uma relação de temas de estudos e pesquisas, considerados prioritários;

II - está realizando pesquisas, constantes de tal relação, bem como estimulando outros órgãos a fazer o mesmo, através do apoio em recursos humanos e/ou financeiros;

III - está acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos que se realizam com sua participação;

IV - estabeleceu a relação de temas prioritários, como medida de coordenação, e aguarda a implantação do subsistema de documentação e informação para poder atuar, com maior desembaraço, no desempenho dessa função;

V - divulgou, através de suas publicações periódicas e de relatórios de pesquisas, trabalhos de interesse para a Educação nacional;

VI - está prestando assistência técnica às Secretarias de Educação de Santa Catarina e do Paraná para a realização de pesquisas educacionais; e

VII - promoveu, embora em bases extremamente modestas, o treinamento do pessoal nos campos da pesquisa e da documentação e informação educacionais.

5.3 - Afastados os óbices, mencionados no item 3, o que poderá acontecer a curto prazo, com exceção da carência de pessoal, o INEP poderá apresentar, daqui a um ano, um relatório bem mais expressivo do que acaba de ser divulgado.

5.4 - A preocupação maior do INEP é a institucionalização da pesquisa educacional, a fim de que, à retaguarda do cérebro privilegiado, exista um órgão capaz de manter a continuidade dos esforços e de não sucumbir à falta dele, mesmo que esse cérebro seja o de um novo Anísio Teixeira.

Brasília, 08 de janeiro de 1973

Ayrton de Carvalho Mattos

AYRTON DE CARVALHO MATTOS
DIRETOR-GERAL

ANEXO N. 1

TEMAS DE ESTUDOS, PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO DESENVOLVIDOS DURANTE 1972

1. A cargo do INEP:

I - Tema do projeto - "Elaboração de programas experimentais para o ensino de 1º grau" - Compõe-se de quatro subprojetos:

a) **Tema do 1º Subprojeto** - "Bases para a reformulação de currículos e programas".

Objetiva oferecer sugestões de programas, atendendo às recomendações do Conselho Federal de Educação no que respeita à integração, ensino por atividades e por áreas de estudo, necessidades de adaptação às diferenças individuais e às condições locais.

b) **Tema do 2º Subprojeto** - "Dosagem e apresentação de programas de 1ª série".

Objetiva colher a opinião dos professores sobre a forma de apresentação dos programas que mais satisfaçam suas necessidades e sobre a dosagem dos mesmos, tendo em vista as crianças em geral e os bem dotados em particular.

c) **Tema do 3º Subprojeto** - "Levantamento básico para adaptação dos programas às condições locais".

Objetiva oferecer às Comissões encarregadas de elaborar os programas experimentais, subsídios que permitam a adequação de referidos programas às condições locais, no que respeita às áreas de História, Empreendimentos locais, Condições geo-econômicas, Alimentação, e Folclore e Arte Popular.

d) **Tema do 4º Subprojeto** - "Aplicação experimental dos programas de 1º grau".

Objetiva aplicar, de maneira controlada, em cinco escolas da Guanabara, as sugestões dos programas experimentais, procurando caracterizar as deficiências que apresentam; fixar a reação de professores e alunos; a dosagem adequada a criança mais e menos capazes; a orientação necessária do professor; as dificuldades reveladas no interpretar e desenvolver os programas; e os materiais necessários para implantação dos programas, de maneira eficaz.

II - **Tema do projeto** - "Avaliação da aprendizagem nas 1ª e 2ª séries do 1º grau".

Objetiva estabelecer que padrões devem ser adotados para que, nas condições atuais do ensino, sejam alcançadas taxas de aprovação desejadas e de verificar em que aspectos do programa os alunos apresentam maiores dificuldades.

III - **Tema do projeto** - "Dificuldades dos alunos de 1ª série".

Objetiva fixar as dificuldades dos alunos em leitura, ortografia e matemática e os fatores que concorrem para as mesmas, fornecendo subsídios para melhor desempenho dos programas de 1ª série e a formação e assistência técnica ao magistério.

IV - **Tema do projeto** - "Fatores que influem sobre o rendimento escolar nas 1ª e 2ª séries".

Objetiva avaliar a influência de um conjunto de fatores, como: carga horária, freqüência, orientação sobre rendimento escolar, de modo a permitir o controle dos mesmos e chegar a combinações ótimas para a melhoria do rendimento.

V - **Tema do projeto** - "Influência dos fatores psicológicos e de saúde sobre o rendimento escolar na 1ª série do 1º grau".

Objetiva determinar os fatores psicológicos e de saúde que influem no rendimento da 1ª série do ensino de 1º grau e controlar, na medida do possível, a influência dos mesmos, concorrendo para que aumente a produtividade do ensino naquela série escolar e no ensino de 1º grau em geral.

VI - **Tema do projeto** - "Assistência técnica ao magistério e seus resultados".

Objetiva estudar a influência do orientador e do diretor sobre o rendimento do ensino nas 1ª e 2ª séries, segundo as várias formas de orientação que desenvolvam, bem como colher a opinião dos professores sobre a assistência técnica que lhes é oferecida, sob a forma de orientação e de cursos de aperfeiçoamento, visando a fixar as formas mais eficazes da assistência técnica.

VII - **Tema do projeto** - "Critérios de seleção para os Cursos de Preparação de Professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau".

Objetiva fornecer subsídios a fim de que sejam selecionados para os cursos de preparação de professores destinados às séries iniciais do 1º grau, elementos que se integrem na carreira, contribuindo para elevar o rendimento do ensino e da educação brasileira em geral.

VIII - **Tema do projeto** - "Escolarização e Mão-de-Obra".

Objetiva investigar e fornecer subsídios para a formação integral da mão-de-obra em potencial, ou seja, aquela que, nos próximos anos, deverá compor os escalões mais jovens da força-de-trabalho da sociedade.

IX - **Tema do projeto** - "Análise de currículos de 2º grau".

Objetiva verificar a viabilidade da aplicação de currículos e programas de habilitações profissionais (2º grau).

X - **Tema do projeto** - "Grau de satisfação dos concluintes dos cursos superiores de Educação, com o curso realizado e suas expectativas ocupacionais".

Objetiva verificar se o concluinte está satisfeito com o curso que realizou e quais são suas expectativas de obter uma ocupação dentro da profissão para a qual se preparou.

XI - **Tema do projeto** - "Unidade Experimental de televisão educativa no Colégio Estadual do Paraná".

Objetiva a experimentação de técnicas de televisão escolar na faixa do ensino de 1º e 2º graus, visando obter a adoção de padrões que levem o aluno a apresentar capacitação final de aprendizagem, através de referidas técnicas.

2. **Desenvolvido em conjunto com o Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos** para a Saúde (NIERHS)

XII - Tema do projeto - "Educação de recursos humanos e a atual mão-de-obra no setor saúde".

Objetivou conhecer o profissional de saúde (dentista, enfermeiro, farmacêutico, médico e veterinário) e o sistema educacional que o forma.

3. Desenvolvido em conjunto com o PRONTEL

XIII - Tema do projeto - "Avaliação do Curso de Capacitação do Magistério Primário não titulado".

Objetivou avaliar os programas de TV e rádio a serem transmitidos no desenvolvimento do curso que integra o projeto SACI, do INPE, e oferecer sugestões para a realização de um pré-teste.

4. Convênio INEP-ISOP-Secretarias de Educação

XIV - Tema do projeto - "Sondagem de aptidões e interesses dos alunos de 2º grau".

Objetiva fazer o diagnóstico dos alunos dos cursos de 2º grau, no que concernem a seu rendimento escolar e as suas potencialidades intelectuais, aptidões e interesses; fornecer dados aos serviços de orientação educacional e profissional; fornecer subsídios para reformulação de currículos das últimas séries do 1º grau, bem como das séries do 2º grau e para o exame vestibular.

5. Trabalho desenvolvido por um Grupo-Tarefa, integrado por servidores do INEP, com a cooperação de servidor do DEC, sob a coordenação da Secretaria-Geral do MEC

XV - Tema do projeto - "Educação Especial".

Objetiva a montagem de um projeto, com vistas a oferecer ao MEC um instrumento de execução da estratégia educacional, no que se refere ao atendimento a alunos carenciados, capaz de tornar realidade os princípios doutrinários e a política da educação que fundamentam a planificação da educação especial em causa.

ANEXO N. 2

TEMAS DE ESTUDOS E PESQUISAS A SE INICIAREM EM 1973

1. A cargo do INEP

I - Tema do projeto - "Avaliação de recursos audiovisuais. Definição de padrões avaliativos, especialmente em TVE".

Objetiva possibilitar aos educadores e produtores, através de padrões analíticos, uma visão objetiva dos elementos significantes na aprendizagem, quando utilizados recursos audiovisuais, estimulando a produção e uso em condições de crescente eficiência; possibilitar o conhecimento de padrões avaliativos experimentais específicos para programas de televisão educativa.

2. Convênios INEP-Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

II - Tema do projeto - "Conteúdo programático de Saúde para as escolas de 1º grau".

Objetiva oferecer sugestões sobre a seleção e a ordenação do conteúdo dos programas de saúde para o ensino de 1º grau.

III - Tema do projeto - "O educador de Saúde Pública".

Objetiva avaliar o curso de Educação em Saúde Pública, com vistas a sua eventual reformulação.

3. Convênio INEP - Universidade Estadual de Campinas

IV - Tema do projeto - "Universidade e Trabalho - perspectivas, adequação e efetividade de um mercado de trabalho para universitários".

Objetiva sugerir como estruturar e adequar as atividades de estudo e trabalho para o universitário dos cursos de graduação, em moldes a propiciar sua relativa autonomia financeira, sem condutas conflitantes, em decorrência de reais ou aparentes, permanentes ou transitórias antinomias.

4. Convênio INEP-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

V - Tema do projeto - "Levantamento da situação do ensino de Didática, bem como da Prática de Ensino, nas Faculdades de Educação e de Filosofia, Ciências e Letras do Estado de São Paulo".

Objetiva oferecer sugestões sobre equivalência de objetivos das disciplinas nas Faculdades citadas; acordo quanto aos mínimos a serem introduzidos nos programas de estudo e atividades do Curso de Didática, para assegurar uma orientação geral básica; equivalência de atividades de Prática de Ensino; e critérios de qualificação do professorado de Didática.

5. Convênio INEP-UFPE - SEEC/PE

VI - Tema do projeto - "Recursos para a Educação e custos do ensino no Nordeste".

Objetiva fazer um levantamento dos recursos para a Educação, no Nordeste, e descrever a estrutura de financiamento da Educação; determinar custo do ensino para o setor oficial estadual no Nordeste e, mais pormenorizadamente, para Pernambuco, e tentar análises relativas aos setores municipal e particular; cotejar o esforço financeiro educacional com a expansão da escolaridade e com a potencialidade da economia.

6. Convênio INEP/SESP

VII - Tema do projeto - "O Ginásio Pluricular e a reforma do ensino - um estudo avaliativo".

Objetiva fornecer informações sobre problemas levantados pela introdução de inovações pedagógicas nas séries finais do 1º grau e, simultâneamente, fornecer subsídios para o desenvolvimento de um modelo de avaliação para as escolas de 1º grau.

7. Convênio INEP/PUC/RS

VIII - Tema do projeto - "O sistema educacional e o mercado de trabalho".

ANEXO N. 3

PUBLICAÇÕES DISTRIBUÍDAS EM 1972

1. Periódicas

I - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (CBPE) - 4 números, relativos aos trimestres de 1971;

II - Bibliografia Brasileira de Educação (CBPE) - 8 números, relativos aos trimestres de 1970 e 1971;

III - Cadernos Região e Educação (CRPE/PE) - 4 números, relativos aos semestres de 1971 e 1972;

IV - Revista Criança e Escola (CRPE/MG) - 5 números relativos a 5 bimestres de 1972;

V - Boletim Informativo (CBPE) - 8 números relativos a setembro de 1971 a abril de 1972;

VI - Boletim Bibliográfico (CRPE/SP) - 6 números;

VII - Correio (CRPE/RS) - 2 números relativos aos 2 semestres de 1972.

2. Não Periódicas

VIII - Caderno de Educação (CRPE/SP) - 3 números;

IX - Estudos e Documentos (CRPE/SP) - 1 número;

X - Pesquisa e Planejamento (CRPE/SP) - 2 números;

XI - Pesquisa e Monografia (CRPE/RS) - 1 número.

3. Relatórios de estudos e pesquisas

XII - Aspectos qualitativos do ensino primário no Estado da Bahia;

XIII - Melhoria de rendimento do ensino no 1º ano;

XIV - Dificuldades do professor primário recem-formado em classe de 1º ano;

XV - Psicologia no trabalho do professor primário;

XVI - Métodos, atitudes e recursos de ensino de professores primários da Guanabara;

XVII - Educação de recursos humanos e a atual mão-de-obra no setor saúde;

XVIII - Teleducação no Brasil - um documentário.

ANEXO N. 4

CURSOS DESENVOLVIDOS PELO INEP

1. A cargo do CRPE/BA

1.1. Curso sobre Recursos Audiovisuais	34	particip.
1.2. Curso de Didática dos Recursos Audiovisuais	14	particip.
1.3. Curso de Recursos Audiovisuais e Técnicas de Aprendizagem	12	"

2. A cargo do CRPE/MG

2.1. Curso de Atualização para Inspetores Seccionais de Ensino	80	particip.
2.2. Curso de Atualização e Aperfeiçoamento de Diretores, Coordenadores e Professores de Ensino Normal	30	"
2.3. Cursos de Secretariado (2)	318	"
2.4. Curso de Estudos Adicionais	201	"
2.5. Atualização e Aperf. de Diretores, Coordenadores e Professores de Ensino de 1º grau	36	"
2.6. Curso de Preparação para Implantação das Equipes Centrais de Supervisão	25	"
2.7. Curso de Preparação para Implantação das Equipes Regionais de Supervisão	106	"
2.8. Curso de Supervisão de Ensino de 1º grau	39	"
2.9. Curso de Administração Escolar de 1º grau	28	"
2.10. Seminários e Ciclos de Estudo (163)	19.518	"
2.11. Estágios (35)	986	"
2.12. Cursos Intensivos (6)	802	"

3. A cargo do CRPE/SP

3.1. III Curso de Administradores e Supervisores de Educação para a América Latina (CASEAL)	15	"